

SR. JUNIOR: A gente consegue plantar as espécies que são propícias para dar alimentação para essa fauna. Então ajudem a Prefeitura, a cidade a usar esse aplicativo para que a gente consiga um banco de dados bem robusto. Tá ok?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO: Paulo Mancini, CRBio. Eu não cheguei a chegar no aplicativo, mas ele é para registro tanto de ocorrência como acidente. É isso?

SR. JUNIOR: Perfeito.

SR. PAULO: As duas coisas.

SR. JUNIOR: Ele foi criado inicialmente para questão de atropelamentos, que era uma demanda que a gente estava tendo muito frequente. Porém, depois que a gente fez algumas intervenções que a gente conseguiu mitigar, minimizar esses atropelamentos, a gente ampliou esse alcance para avistamento também. Então, animais que são vistos como saudáveis ou eventualmente doentes. Mas a gente precisa ter uma noção da onde a fauna silvestre está mais concentrada e qual é a fauna silvestre, por isso que esse aplicativo.

SR. PAULO: Ontem a Dina fez uma fala na audiência pública na revisão do Plano Diretor. Ela disse que teve um avistamento de anta. Eu só acredito vendo, como eu não vejo então tem que pegar. Realmente achei incrível.

SR. JUNIOR: Confesso que eu também estranhei,. Mas se tiver o registro fotográfico, ela pode usar o aplicativo, registrar, fazer uma fotografia e aí está lá, documentado. Tá bom? E aí, a Isabela Pelatti, que é a nossa bióloga lá da Secretaria, ela recebe todas essas informações. Ela valida, joga no banco de dados e mapeia. Ela criou vários mapas, numa oportunidade a gente vai apresentar tudo pra para vocês aqui, para vocês conhecerem, é muito legal o trabalho dela.

SR. PAULO: Transmito os nossos parabéns para ela.

SR. JUNIOR: Ok. Obrigado. Eu vou transmitir sim. Então vamos lá pra gente... Alguém tem alguma informação a passar antes da gente começar as pautas? Então... E aí, por fim, o plano de arborização, ele está na fase do diagnóstico, já foi apresentado pelo pessoal da Esalq. Nós vamos começar agora as audiências públicas e depois trabalhar na finalização e na elaboração da lei para instituir o Plano Municipal de Arborização. Vamos lá então pra gente começar. É o processo 15.096/2023. Por que de 2023? E por que que agora está em situação de risco? Essa araucária, ela já vem sendo monitorada. Então nós já tivemos laudos em 2023, monitoramento 24 e aí tem um laudo da Defesa Civil. Depois tem um laudo da técnica Marcela, a engenheira florestal da Secretaria e a gente trouxe agora para cá para que vocês avaliem sobre o pedido de supressão, que é feito também por um técnico, por um profissional contratado pela empresa. Se puder ampliar, consegue ampliar o laudo?

SR. PAULO: Não tem ninguém da empresa presente, né?

SR. JUNIOR: Não, eles foram convidados, mas por enquanto não chegaram. Não sei se virão. Não sei se todo mundo conhece o local, está no processo ali, tem uma empresa de alimentos. É bem no estacionamento existe a araucária, a árvore. Ela está lá há um bom tempo. Ela já era existente e agora tem essa situação. Então ela vem sendo acompanhada pela secretaria e agora, nesse momento, ela está numa situação mais complicada. Aí não sei, acho que vocês conseguiram dar uma olhada no processo. Todo mundo teve acesso ao processo na íntegra. E aí eu abro pra que vocês coloquem algumas considerações, queiram fazer algum questionamento.

SR. PAULO: Paulo Mancini, CRBio. Gente, eu tenho duas tristezas pela supressão dessa araucária. Primeiro, pela araucária em si. É um exemplar que eu conheço há mais de 20 anos e acompanho. E o segundo porque é uma das referências para mim chegar em casa. Eu chego para as pessoas e falo: Olha, vocês olham, a hora que vocês virem a araucária, vocês viram à esquerda. É essencial. Então esse é o ponto de referência. Eu vou perder meu ponto de referência. Essa araucária, ela era uma casa. Depois essa casa foi como uma casa grande, essa casa foi comprada pela Essencial. Antes ela estava no quintal da casa, e depois, com a reforma que o pessoal da Essencial fez, ela ficou no estacionamento, quase na rua. A araucária numa calçada não faz o menor sentido, só dá problema. Então ela ficou num estacionamento. Eles vêm requerendo a supressão dessa área há muito tempo, não é desde de 2023 não, é muito antes, porque eu já conversei em outras vezes com técnicos da Prefeitura e com o próprio técnicos da Essencial, porque eu cheguei a apresentar projeto para o essencial, para valorizar aquele

exemplar e relacionar com sustentabilidade, já que é uma empresa de nutrição. Fiz até um texto e tal para eles, mas nunca deram bola, porque aí eu descobri porque eles nunca deram bola, porque eles tinham interesse em fazer a supressão. Então eles chegaram até contratar laudos de gente até de fora, que veio e tal, enfim. E, recentemente, eles chegaram a contratar para fazer uma poda, porque com a poda você permite que os ventos passem por ela e diminui a possibilidade de cair. Eu até recomendei para eles se eles poderiam pegar um cabo de aço, amarrar, porque em caso de queda. Então é, mas enfim, um cabo de aço ou alguma coisa assim. Então eu assim falei: Às vezes pode ter um instrumento que, no caso de queda, ela não atingir. E, por fim, eu acho que agora, há um tempo atrás caiu um galho e os galhos da araucária são pesados, caiu em cima de um carro no estacionamento e aí eles voltaram a insistir para fazer a supressão da árvore. Teve alguns colegas até questionaram: Porque precisa passar pelo COMDEMA e tal? E eu acho correta a atitude da técnica que pediu, porque essas avaliações elas são... Não é simples, não é fácil. Se a gente tivesse todos os instrumentos necessários para fazer uma avaliação mais... Com maior acuidade, tudo bem, mas nós não temos. E aí fica muito perigoso o técnico falar tudo e já foram dadas negativas pela própria Secretaria muitas vezes. Muitas vezes eu não sei, mas pelo menos duas vezes pelo que eu acompanho ao longo desse tempo. Então, eu acho assim, infelizmente, é isso. É uma araucária praticamente na calçada, é muito difícil de ela não trazer problemas. Então, já adiantando o meu voto, eu voto favorável. Eu só queria ver as condições de compensação e tal, como é que tá. Muito agradecido.

SR. JUNIOR: Ok.

SRA. SANDRA: Sandra Santos, da Embrapa. Como a araucária está em extinção, então a gente fica muito triste. Ainda mais que aqui a região de São Carlos, ela era dominada por araucária e, realmente, está em extinção aqui também. Então, tirar um elemento. Então eu fiquei pensando como é que a gente pode conservar pelo menos esse material genético aí. Mas aí eu não sei se ela produz pinhão ou não, né? Senão poderia pelo menos tentar, se não produzir pinhão, porque ela é uma espécie de 'oica' e ela precisa de reprodução cruzada. Então pode ser feito enxertia também, mas é caro. É só pensando assim, em como conservar um material que é única, 20 anos. É só pensando nessa possibilidade. Obrigada.

SR. JUNIOR: Ok. Glaucia.

SRA. GLAUCIA: Boa noite, Glaucia, da AMABIC. Eu estive lá hoje, conversei com o pessoal da empresa, o Thiago, exatamente, até citou você, Paulo Mancini. E aí eu constatei que ela realmente apresenta uma inclinação. Eles disseram que, inicialmente, era cinco graus e agora, visivelmente, é mais, 22 graus. E essa inclinação está para o lado do prédio vizinho. Então, como ela é muito alta, se ela cair, ela vai destruir o prédio ao lado. Assim parte, não o prédio inteiro, mas parte. Ela está com a copa muito desconfigurada. Segundo o relatório, foi feita uma extirpação da gema apical. Eu acho que essa brotação que acontece, essa excessiva brotação, porque aquelas coisinhas pequenininhas que aparecem no tronco, eu acho que não é devido ao envelhecimento, eu acho que é devido a supressão da gema apical.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. GLAUCIA: eu não me lembro.

SR. JUNIOR: Eu não vou lembrar agora, Paulo, precisa dar uma consultada no processo.

SRA. GLAUCIA: Eles disseram que não foram eles que fizeram. Que eles justamente foram ali por conta dessa araucária e que o símbolo da empresa é araucária. E eu realmente vi uma muda de araucária lá dentro ali, para dentro da grade do prédio tem uma muda jovem e eles disseram que estão completamente, que eles já fazem reposição, cada unidade da empresa que inaugura, eles plantam uma araucária no lugar e que eles têm uma atuação no meio ambiente, fazendo plantio de mudas e quem quiser poderia ver no Instagram deles. Eu acho que quem foi o responsável por essa alteração do corte da árvore foi a CPFL provavelmente. Porque ela está muito perto da fiação e aí não está mostrando, eu tirei foto, mas não convém agora. O que eu acho? Eu acho que deveria retirar. Mesmo porque o indivíduo sozinho não produz, ela é uma planta feminina. Eu até cheguei a ver, como é que chama aquilo? Um glóbulo do pinhão, a pinha do pinhão, isso, eu cheguei a ver uma, mas eu não sei se estava com semente ou não, se estava fertilizado, mas não tem nenhum perto por ali, não tem nenhum próximo. E eu acho que como houve poda e é um caminho para que as brocas entrem, as doenças entrem ali porque os galhos estão cortados e eles acabam... Ele disse que a última vez que caiu o galho tinha aquela poeirinha de madeira que indica que está podre. Pode ser só um galho velho, que poderia ter sido podado antes

de cair, mas pode ter entrado alguma broca. Então a gente não tem condição de avaliar isso. Só pra complementar a discussão.

SR. JUNIOR: Ok, mais alguém? A gente se preocupa, principalmente no caso que não é detentor dos conhecimentos específicos sobre a árvore pelo risco de queda, principalmente quando foi colocada a questão da inclinação. E é bom que vocês foram até o local, constataram que realmente existe essa possibilidade. Dá dó porque é um exemplar grande, de mais de 20 anos, araucária tem... Então, a araucária tem essa, é o símbolo da cidade. Mas também a gente tem essa questão e foi colocado que ali é um caminho de crianças também, acesso a escolas e, eventualmente, isso poderia vir a causar algum dano. Uma boa notícia é que, não em relação a esse caso, mas em relação a araucária, a USP solicitou que autorizasse a compensação que eles precisam fazer somente com araucárias dentro do campus dois. Isso. E aí nós entendemos a necessidade e eles vão plantar bastante araucárias, estão com diversas mudas, mudas que foram produzidas, salvo engano, lá na ESALQ. Então vão vir com qualidade, vão vir boas para que a gente continue tendo essa espécie e num local que não vá colocar em risco, não vai colocar em risco ninguém. A Rita, só um minutinho, Paulo, deixa a Rita falar, depois a gente passa para você.

SRA. RITA: Boa noite, Rita Ferreira, da Veredas. Eu só fiquei assim com algumas dúvidas. Bom, primeiro com relação ao início aqui do processo, que fala de um ponto de ônibus, isso é o de 2023. Só que eu entrei lá, naveguei pelo Google Maps, não tem ponto de ônibus nenhum, tem ponto de ônibus?

SRA. GLAUCIA: Eu falei com ele sobre isso. Não é ônibus circular da cidade. São aqueles ônibus que tem pontos para levar trabalhadores para grandes empresas. Acho que é Paraty. Eu não tenho certeza da empresa.

SRA. RITA: Eu queria saber exatamente o que era isso. Agora, a outra questão é que realmente assim, a poda, pelo visto, dá pra ver, a gente teve um pouquinho de conhecimento de estabilidade, de estrutura, ela tá bem desequilibrada, o que... Aí assim, a minha dúvida é, se foi a CPFL que fez. Porque assim, tinha uma orientação lá em 2023 que eu li, para que eles fizessem podas, e eu acho que o proprietário, vamos dizer assim, está dentro da área privada, é responsável por fazer os cuidados. Então tinha uma orientação lá da técnica dos cuidados que deveriam ter e que foi negado fazer a supressão do indivíduo. Então assim, parece que foi a CPFL que fez ali, porque estava realmente havendo umas interferências. E agora, pelo visto, dada... Já se passaram quase três anos, ela ainda está lá, mas realmente tem os riscos. Mas a questão é essa assim, como que a gente também poderia ter mecanismos de responsabilização das pessoas em relação ao que acontece, às pessoas ou às empresas, no caso CPFL, se foi da maneira que foi. Então a gente ainda está muito aquém dos cuidados efetivos. Isso sem falar que a própria arquitetura ali poderia ser trabalhada no sentido de preservar, de realmente colocando um estacionamento ali do jeito que eles colocaram é pedir para cair em cima do carro. E, realmente, com essa altura não vai ser um pouco estrago. Mas a gente fica sempre pensando assim, o estrago de um carro vale mais do que o estrago com a árvore. Então a gente vai tendo que se dobrar ao aos valores que ainda estão vigentes. Então, infelizmente, a gente vai ter que aprovar só porque se cair em cima de uma pessoa, a responsabilidade é nossa. E só mais uma dúvida. O fato de ter sido colocado, que era uma questão, tem o... A Defesa Civil já alertou que deveria ser suprimida. Eu acho interessante também como o Paulo colocou, que passasse por aqui para ter, inclusive, o debate. Mas é uma situação de emergência, então talvez pudesse ter pulado essa etapa, ou pelo menos só vindo aqui comunicar para a gente debater essas questões. Obrigada.

SR. JUNIOR: Só antes, só pra esclarecer, Rita, a orientação da técnica que pediu pra passar pelo COMDEMA, esse é um caminho que a gente tem adotado na secretaria desde a minha chegada. Toda a recomendação técnica pelo COMDEMA, a a gente cumpre, traz para vocês, algumas vezes, o pessoal questiona: Mas por que trouxe? Porque o técnico pediu e eu acho que todos aí, se houve o pedido técnico, a gente passa para que todos avaliem. Então foi por isso que veio pra cá. E também para permitir esse debate. Pedro.

SR. PEDRO: Pedro, Defesa Civil. Eu só queria esclarecer para os membros aqui, os que estão presente. Há três anos atrás, nós tínhamos uma árvore do mesmo porte que ela devia ter mais de 40 anos. Essa árvore aí já estava com ruas, mas a cidade estava começando a desenvolver em 1985, mais ou menos. E eu lembro com o professor Matiazzi, eu estudava engenharia na Federal e o professor Martuci com o

Martiazzi mandaram a gente ir. E eu lembro dessa e tinha mais umas 20 talvez, naquela região, mas ela tem mais de 40 anos. Eu concordo com a Ana Paula, que ela já tem certa idade. E isso é um detalhe que eu queria falar. Agora, há três anos atrás, nós tivemos o colapso de uma árvore do mesmo porte na cidade jardim dentro de uma escolinha ou onde tem crianças e bebês. É aquele prédio que já foi, no governo Altomani, foi uma secretaria lá, acho que dos deficientes, alguma coisa assim. Era meio-dia, se formou uma nuvem em cima daquele bairro, deu um temporal de cinco minutos naquele local, eu estava na minha casa, o bombeiro me liga e diz assim: Vem imediatamente que temos um problema numa creche e eu não vi chuva. Aí no trajeto de dez minutos na viatura, eu olho no sistema de radar e aparecia aquela cumulonimbus, que se formou em 20 minutos e ela também precipita em dez, 15 minutos. É muito rápido. Por exemplo, se eu não tiver alguém monitorando a cada 15 minutos, ela ganha de mim, de mim e de mais outros. E eu cheguei naquele local, talvez a araucária, aquela araucária era talvez um pouco mais grossa, o DAP dele dela era maior, e ela caiu em cima do prédio. O prédio não tinha laje. As madeiras da cobertura quebraram, afundaram pra dentro. Teve uma criança, pegou no centro do crânio, a criança tinha, mais ou menos, um ano no centro do crânio. Abriu o crânio dele e esmagou a mão e pegou mais três bebês. Os três bebês, os outros eram assim, menor o politraumatismo ali. Agora, eu entro lá e, pra mim, a criança estava morrendo porque tinha um charco de sangue. E o bombeiro pega, imobiliza o pescoço e já leva. E eu achei que ia morrer. A escola não queria que se publicassem. Aí a gente foi olhar a araucária, ela quebrou, mais ou menos, 1,80m, 1,70m. Ela quebrou, ela estava totalmente oca por dentro, mas um tipo de cupim. E por fora você não via nada. Talvez se você batesse um martelo ou uma ultrassonografia, ou raio X. E eu fiquei apavorado com isso. Eu lembro que na época eu conversei com o Tundisi e fomos ver com a ESALQ. Mas, na verdade, eu não tenho, na cidade, eu não tenho o mapa da localização dessas árvores, dos pinheiros, das araucárias e eu deveria de ter. E, naquele momento, eu discuti com o meu secretário, com o Tundisi, pra pegar um aluno para primeiro localizar onde estão e para a Embrapa [...], eu fiz vistoria lá há uns três anos atrás, caíram 108 e o diretor lá me pediu pra fazer um documento, porque se alguém denunciasse tinha que constatar que foi com temporal e eram espécies que não tinham dez anos ainda. O que eu notei lá na Embrapa é que, na parte inferior, entre o solo e dez centímetros, algum micro-organismo se instala e apodrece. E foi o mesmo que eu vi aqui na Praça Coronel Salles. Eu acho que é da época do Newton quando se plantou isso, que ela caiu em cima do ponto de ônibus, mas nova, talvez com dez anos. E daqui na frente da Prefeitura também caiu. Então assim, a gente vai vendo, como a colega falou aí, espécimes isolados, elas não estão em grupos, estão isoladas. E eu não sei. Eu sei que a minha secretaria ontem até aqui se falou, a minha secretaria não tem recurso para contratar um estagiário. Mas a gente poderia fazer porque eu tenho viatura, tenho quem pode levar pelo menos da localização. Depois a gente tinha que fazer uma vistoria em cada uma delas para ver qual é a situação. Porque a gente fica no romanticismo de pôr, mas quando eu vi aquela criança, eu juro para vocês, foram dois momentos. Eu estou, de 92 a 2005 fiquei na Defesa Civil, voltei em 2013 até agora e eu só vi duas situações que eu não vou dizer que eu sonho com ela, mas meu coração fica pequenininho que foram com bebês. E foi esse caso. E sabe o que mais me tocou? Que eu estou em casa. Eu não sei se você sabe, mas eu levo a viatura pra minha casa pra poder sair em qualquer horário. Chega uma senhora, que eu conhecia da Federal de outras épocas, professora: Eu vim te agradecer. Por quê? Chama Lana. E falei: Por quê? Porque você salvou o meu filho. Que filho é? Na verdade, a gente está assim de diversas situações e a gente não percebe qual é o nível da nossa intervenção. Às vezes dá certo, né? E aí ela falou assim. Aí me trouxe um menino, já com três anos, ele perdeu esse dedo, ele perdeu esse outro. O bombeiro levou e conseguiram replantar, a mão parecia ainda inchada. Isso já passou um certo tempo e ela me mostrou o crânio dele. Como ele era ainda muito bebê, o crânio se recompôs. Disse que ele ficou cinco dias sem mamar e deram por outras vias alimentação e que o menino está excelente. Eu falei: Bom, o anjo da guarda estava lá porque eu, para mim, ele tinha morrido. Como foi publicado, a escola pediu pra gente resguardar as informações, etc. Mas o que eu quero alertar que tem escola, especialmente, todo mundo quer colocar araucária e isolado e assim, é um problema muito grave. Porque, pense bem, se você está aí na tua casa e te ligam, que teu filho de um ano entrou em [...], ou seja, porque caiu uma árvore? É difícil. Então, assim, é muito importante que a gente avalie esse caso aqui, por exemplo, eu queria que fosse mais rápido. E a gente seguiu o processo, mas é importante. E eu acho que eu conversei ontem à noite com a Érica, da UFSCar. E eu falei: Érica, arruma um estagiário pelo

menos para localizar, o que a gente localiza, a gente consegue controlar. Na região de Santa Felícia, eu acho que foram cortados vários, que estão tendo um monte de loteamento, porque eu não tenho visto, eu não tenho visto passar por aqui. O professor Matiazzi falava muito o que a colega falou. Não sei o nome dela. E então ele falou assim: Não, nós temos que pegar o pinhão. E não é pra comer, é pra fazer muda. E eu sei que ele hoje está doente, mas era uma pessoa assim, que lutou muito por tudo aquilo que está naquela região. Bom, eu só queria dar meu depoimento porque acho que é importante a gente entender que queremos a árvore, mas temos que observar e se lembre que, normalmente, eu acho que a polpa da araucária, a raiz, tem o mesmo tamanho que a polpa aí embaixo. E lembra que temos tubulação de gás, tubulação. Então, assim, calçada como ele falou, o Paulinho falou, calçada no local. Obrigado.

SR. JUNIR: Ok, mais alguém? Ok, Paulo. Depois a gente passa para a Vanessa.

SR. PAULO: Eu só queria ver a gente tratar realmente, saber qual que é a compensação ambiental estabelecida. Mas só dizer a respeito do que o Pedro comentou, os colegas comentaram. Acho que você lembra, Pedro, aquela cara que estava na casa do seu Mário, uma vez que morreu uma pessoa, que matou.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO: Que eu saiba, pra mim foi.

SRA. ANA PAULA: Em 2010 aconteceu isso. Um bombeiro foi lá teve a ideia genial de amarrar todas as palmeiras com cabo de aço na araucária. Ai então quando deu o vento que foi fora da média, a araucária não aguentou. Então a araucária quebrou e as palmeiras ficaram lá e o moço ia passando... Na época falavam que a gente não tinha autorizado a araucária. Você não lembra disso?

SR. PAULO: Mas, gente. Eu conheço árvores que estão autorizados pra corte faz anos e anos e as árvores estão lá, firmes. Uma vez um colega me mandou uma reportagem no jornal. Então eles mostravam um laudo que a árvore tinha que ser distribuída, tal, tal, e mostravam a árvore sendo podada para cortar. E aí eles mostravam no outro a fotografia árvore bonita, linda. Era uma fotografia, 30 ou 40 anos depois desse evento que eles foram. Era uma figueira na Praça Castro Alves. O povo não deixou eles cortarem a árvore. Aí mostrou 30, 40 anos, a árvore linda lá e o laudo tem que suprimir em caso de árvore estar com um fungo, com broca, com isso, com aquilo. Então é difícil ser vivo. Quantos relatos a gente tem de pacientes que estão com os dias contados e vivem mais dez, 15, 20, 30 anos? Ser vivo é ser vivo. A gente tem que conviver. É difícil. Se a gente for querer dar segurança máxima para as nossas vidas, do ponto de vista da árvore, tem que tirar todas as árvores, acabou. Entendeu? Ou então criar só arbustos? Isso do ponto de vista ambiental, não faz sentido nenhum. Mas é o que eu queria saber qual a compensação estabelecida. E eu acho assim, eu lembro, e a Ana Paula lembra muito bem, que em 2005, 2006, 2007, nós coletamos 150 árvores ainda veio o [...] Faber-Castell para fazer o plantio das últimas 50 árvores em 2007, para celebração dos 150 anos de São Carlos. E foi uma compensação por uma araucária que morreu em uma queimada que ficava ali na margem do Mineirinho, lembra? E plantou 150 só bloco e tal. Eu acho assim, a gente tem que ser razoável, no máximo razoável. a gente pedir para a Essencial plantar 150 araucárias. Porque eu acho assim. até mesmo que a lei estabeleça. Eu acho assim. a lei é uma regra geral, mas toda regra tem que ser exceção. E um dos princípios de governança é o da razoabilidade. Então, não sei qual a compensação, estou interessado em saber. Por isso que eu acho importante, por exemplo, ter a presença dos empreendedores, porque falar com eles, não é verdade esse negócio de que eles compraram aquela área por causa da araucária. Eu vou lá há tempos que eu tento conversar com eles. Agora, depois que eles contrataram o Thiago, que é um gestor ambiental, que ele começou a fazer esse trabalho e tal, realmente tem feito, não é mesmo. Mas enfim, é isso. Desculpa falar demais.

SR. JUNIOR: O Paulo só esclarecendo a compensação, a araucária, ela é imune a corte em São Carlos, mas ela não tem uma compensação diferenciada em relação às demais. Então, conforme tem a resolução que foi feita pelo próprio Conselho, quando é risco de queda, ela é um para um. Então existe a possibilidade de reposição, tem a possibilidade de ser feito em pecúnia para o Fundo Verde. E aí são 80 ou 80 vezes o valor da Ufesp ou a doação de 32 mudas para o Horto Municipal. Mas essa é a Resolução 2 de 2025, que foi feita por nós, pelo Conselho, e que prevê para todas as espécies, para toda a supressão. (PRONUNCIAMENTO FORA DO MICROFONE)

SR. JUNIOR: Oi? Não, ainda não.

(PRONUNCIAMENTO FORA DO MICROFONE)

SR. PAULO: Exatamente. Veja o que eu falei, achando que iria ser uma coisa irrazoável para mais, eu acho que valem a mesma coisa. Não é razoável nesse caso. Embora seja determinado ali. Por que eu acho importante vir para o conselho? Exatamente por quê? Se você vai aplicar a lei, não precisa de seres humanos para estar julgando nada. É computador, computação, mete aí, não precisa nem inteligência artificial. Cumpre-se a lei, é isso. Por isso que eu acho, eu acho que seria razoável nós, pelo menos, recomendamos que fosse feita uma compensação um pouco maior, não um para um. E não sei como é que tá, mas isso não pode ser plantada no mesmo local. Não queremos que seja plantado. Não podem ser plantadas no mesmo local. Tem que ser local diferente. Eu acho que a gente pode recomendar que sejam implantadas outras araucárias. A Prefeitura designa algum local para ser plantado tem que ser um local adequado, mas a gente tem que, no mínimo, recomendar. Eu acho abusivo o COMDEMA chegar: Não, tem que ser porque também não está estabelecido na lei, mas a gente recomendar, apelando para a sensibilidade ambiental dos empreendedores, que eles dizem que tem tantas, então a gente vamos recomendar dez, 15, 20, não sei, plantadas em outro local. Não precisa ser segunda de dois ou três ou quatro metros. Eu sugiro isso que a gente recomenda. Vamos colocar aqui, pelo menos, 20 mudas de tamanho de um metro e meio, dois metros. Não sei se é razoável. Não é um absurdo. Eles vão gastar aí uns R\$ 1500, 2 mil e a Prefeitura designar um local para serem plantados. E aí eles fazem um 'auê'. Vamos plantar, vai lá a Essencial e tal. Eu acho que é isso. Seria legal. Como eu falei, não está dentro da lei, mas nós podemos fazer isso. Não é razoável um para um nesse caso. Agradecido.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Não, é uma das três. A Vanessa. Paulo, a gente depois já coloca isso.

SRA. VANESSA: Boa noite, gente. Vanessa, sou suplente do CRBrio, eu cheguei atrasada então não sei o que já foi falado pra vocês. Me desculpem se eu repetir alguma fala de alguma pessoa, mas é só para colocar alguns pontos. Quando eu ouvi o laudo da técnica, eu senti falta de algumas especificações do porquê da supressão. Então não ficou tão claro, por exemplo, se a copa da árvore, ela tá bem desconfigurada, então não dá, só que o jeito que caiu os galhos de cima, geralmente a araucária, ela solta galhos pela borda, os galhos da borda nos galhos de cima, então parece que ela está em senescência mesmo, parece pela foto, que ela está em fase final de vida. E quando ela solta aqueles ramos, começa a ficar em baixo, parece que ela também está na fase final de vida. Então é uma árvore que realmente está dando sinais. Só que eu não sei, pelo que está escrito no laudo, não ficou tão claro se esses galhos que caíram, se esses galhos estão fora da copa, eles caíram sozinhos, a árvore está soltando porque ela está morrendo ou se foi cortado, podado por conta de energia elétrica, alguém podou errado, enfim. Então, acho que seria importante ter esse tipo de laudo um pouco mais de especificação nesse sentido. A árvore tá morrendo, não tá, ter mais clareza para esse tipo de informação. Só para complementar que não ficou tão claro. E outro ponto que eu queria colocar é que assim, vocês falaram de plantio de araucária, araucária é uma árvore que precisa tomar bastante cuidado de lugar para plantar. Porque é isso, ela solta galhos mesmo. Então não é ideal que seja plantada em lugares que vai ter passagem de pessoas embaixo ou veículos e tal. Então tem que tomar esse cuidado das áreas que vão ter plantio. E tinha mais um ponto que me fugiu da cabeça. Espera aí.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. VANESSA: Lembrei. Lembrei. E outra coisa que eu queria comentar é que assim, a árvore em espaço urbano, um espaço extremamente urbanizado, ela também acaba sendo um equipamento urbano assim, ambiental. Então, assim, em países desenvolvidos, que tem uma gestão ambiental das árvores regularmente, feita regularmente, eles acabam até assim, acompanhando o desenvolvimento das árvores. E as árvores que já estão em fase de perto da morte, porque é um ser vivo, uma hora ela vai morrer. Então a árvore, quando ela chega perto dessa fase, eles já suprimem antes que ela cause um problema. Só que antes disso eles já vêm e já plantam alguns anos antes uma muda próxima, que vai entrar em substituição daquela que vai ser suprimida, que é uma forma de manejo para que você tenha sempre aquela arborização sendo mantida, mas não espera acontecer que a árvore morra e caia. Então já suprimi um pouco antes dela ter esse acontecimento, só que já se planta antes. Então isso é uma coisa para a gente pensar também que a árvore, uma hora ela vai morrer. Claro que não dá pra gente sair suprimindo tudo. É só pra gente pensar que também tem essa questão. Então, assim, a gente precisa

talvez olhar para esse planejamento da urbanização nesse sentido, que a gente também acompanha o desenvolvimento das árvores para evitar que as árvores caiam. Então, no final da vida, já fazia o plantio antes e fazer esse manejo. Eu só queria complementar esses pontos. E acho que é isso. Então, eu acho que é isso. E outro ponto. Acho que se a técnica decidiu que é uma porque assim, eu acho que pra vir para o COMDEMA seria mais nesse caso uma questão de informar o COMDEMA sobre essa decisão. Porque eu entendo que essa decisão de suprimir ou não é uma questão técnica. E eu acho que isso é importante que o técnico avalie, porque é uma análise extremamente complexa.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. VANESSA: Isso, exatamente. Isso, exatamente assim. Então, assim, o que pode ser feita? Por exemplo, se uma análise técnica tiver, não tiver suficiente assim, a gente olha e fala: Nossa, falta elementos, é pedir que seja feita uma nova análise por outro técnico, que aí pode ser feito. Mas assim, é uma coisa... É uma análise técnica mesmo. Enfim, só queria colocar esse ponto também.

SR. JOÃO: Boa noite a todos e a todos. João Pedrazzani, representante aqui do COMDUSC no COMDEMA. Eu não quero me alongar. Eu olhei todo o processo. Ele vem se arrastando desde 2013, com vários indeferimentos, 2023, 2023, com vários indeferimentos, mas os pareceres técnicos finais indicam a supressão. Então eu acho que pelo que eu senti aqui, está válido supressão. Eu tinha formado essa opinião. Quero encaminhar enquanto proposta, considerando os pareceres pela supressão e considerando também que, dentro do próprio processo, consta que a empresa instalada no terreno onde tem araucária ou vice versa, onde a araucária foi chamada na empresa, que a empresa depois da araucária, ela já faz ações ambientais e de preservação de meio ambiente. A minha sugestão é, com a supressão da araucária, vai ocorrer o deslocamento. Ocorrendo deslocamento, vai ficar uma vala, que naquele local seja recomendado, o COMDEMA recomenda que ali seja feito, eu sei que é pequeno canteiro, mas quanto mais a gente aproveitar de canteiro é melhor, que seja feito um canteiro de chuva. e que naquele local seja plantado uma espécie que não traga problemas dessa natureza. Vou citar uma aqui que é quaresmeira ou outras aí nativa aqui da região, que não traga esse problema. Pra que aquele canteiro persista, que ali não se faça mais um calçamento. E a recomendação é nesse sentido. Obrigado.

SR. JUNIOR: Bom, gente, então só pra gente encaminhar, nós temos duas recomendações. A recomendação do Paulo. A recomendação de uma compensação de 20 mudas e a recomendação do João Pedrazzani de fazer ali um canteiro com possibilidade de jardim de chuva e o plantio de uma outra espécie mais adequada a não ter esse risco, ok? Então a gente pode então fazer o encaminhamento. Primeiro encaminhamento é pela não autorização. Mas eu acredito que o encaminhamento será pela autorização, mas vamos colocar. Então todo mundo está de acordo com a autorização de supressão? Sim.

SRA. GLAUCIA: Olha, eu acho que depois de toda essa discussão, nós chegamos à conclusão que essa árvore não é urbana. Não se pode mais plantar. Mas nós temos ainda várias na cidade. E depois o exemplo do Pedro, acho que a gente não tem que pensar nem duas vezes em suprimir essa árvore, porque além de uma avaliação técnica, que eu respeito muito, ela está inclinada. Gente, não tem que discutir mais sobre isso. Ela tem que ser cortada, sabe? Eu assim, eu fico um pouco indignada com tanto não. Por quê? Porque não, não tem o que fazer. Desculpe, mas eu sou assim, bem prática quando se precisa. E uma outra coisa. A gente discutiu muito quando você tem uma supressão de repor ou não repor. Nós discutimos que seria um por um, ou você doar. Como você vai, o João falou, você vai tirar uma árvore, que se coloque outra. A gente discutiu muito isso com nove reuniões. Porque a pessoa matava a árvore, porque ela queria tirar a árvore da calçada, que não é o caso, e doava para o Horto. E a gente vai tentar manter a calçada arborizada. Então, para mim, você tem que repor uma outra espécie, como o João falou. E eu assim, vamos entrar na pauta, gente, que está ficando tarde.

SR. JUNIOR: Só esclarecendo, a recomendação, a obrigação legal é um para um. A gente vai fazer uma recomendação, caso a empresa queira fazer a doação de 20, plantio de 20. É uma recomendação do conselho.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Mas é, isso, aí... No local adequado. Aí pode o Walter já ajudar. Mas a ideia é essa. A gente vai... Se todos acordarem, a gente autoriza a supressão. Vamos pedir as recomendações do Paulo Mancini, de mais de 20 mudas, e do João Pedrazzani, de fazer ali um canteiro, repor uma árvore naquele

local. Isso, vai retirar aquelas raízes e manter o canteiro e plantar uma outra espécie ali. Então, acho que o encaminhamento é dessa forma. Todo mundo de acordo?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: A compensação é de repor. Mas a lei não fala, a reposição do nossa não fala de repor no mesmo local. Mas nós vamos recomendar que ele coloque no mesmo local. Inclusive, já foi até colocado pelo representante da empresa, quando ele nos procurou, para falar que ele vai repor uma outra espécie ali do lugar.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Sim, sim, preferência sim.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Tudo bem, gente? Podemos então passar para a próxima pauta? Tudo ok, então. Então, a próxima pauta vai ser a apresentação de um estudo de uma possível hidrelétrica, um potencial, ainda é uma análise pra que ali na bacia do Tietê... Jacaré. Não, não, é o Jacaré Guaçu. E aí os técnicos vão, os técnicos do Sul de Santa Catarina, eles vão participar online e a gente vai fazer as perguntas para que eles esclareçam. Lembrando, só adiantando, vocês devem ter visto já no processo, mas é uma obra que impacta Brotas e impacta São Carlos. Então já passou pelo COMDEMA de Brotas e agora está sendo avaliado pelo COMDEMA de São Carlos. Mas é um estudo da área ainda para uma futura e possível instalação. É aquele negócio.

SRA. GABRIELA: Boa noite. Eu sou a Gabriela. Eu sou bióloga. Eu trabalho na Vital Engenharia, que foi a empresa que fez todo o licenciamento da CGH [...]. Então todo o processo dos estudos ambientais está fazendo as solicitações. Eu não sei o que ficou acordado, na verdade, nessa reunião, quando tinha ficado acordado sobre a apresentação, porque eu recebi o link dessa reunião não faz nem uma hora. Então, tanto que eu já estava em casa, estou sem acesso ao servidor, estou sem acesso aos documentos da usina e o empreendedor que me repassou essa reunião, que eles estavam também numa conferência e estão na estrada. Então eu não sei se o que era esperado dessa reunião, na verdade, é dúvidas pontuais, questionamentos ou se era, de fato, uma apresentação PowerPoint, enfim, com mapas da usina e demais informações.

SR. JUNIOR: Gabriela, boa noite. Tudo bem?

SRA. GABRIELA: Tudo bem.

SR. JUNIOR: Você me ouviu bem? Hoje é uma reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente. É pra apresentar, na verdade, a obra de vocês, vocês apresentem o local e as dúvidas dos conselheiros terão pra que a gente...

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. GABRIELA: Até um tempo atrás, que foi no ano passado aí, a gente fez uma reunião e fez uma apresentação com as características da usina e depois foi solicitado algumas informações complementares que ajudam por via do ofício.

SR. JUNIOR: A gente tem o processo aqui, que os conselheiros estão acompanhando, mas seria interessante. Eu não sei. Você disse que não tem o arquivo aí, para apresentar.

SRA. GABRIELA: Eu estava em casa quando eles me ligaram e falaram na reunião e aí daqui eu não tenho acesso ao servidor, não tenho acesso às informações. Eu participei da coisa mais da coordenação no licenciamento. Então eu lembro que algumas coisas no processo, como o local da usina, esse tipo de dúvida eu consigo responder.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Você tem as informações técnicas sobre o projeto, Gabriela?

SRA. GABRIELA: Eu não tenho aqui em casa, não consigo acessar.

(Falas sobrepostas)

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Gabriela, o que a gente está comentando aqui. Como você está sem os documentos e os conselheiros precisam de esclarecimento sobre a atividade, a gente sugere que seja adiado essa reunião. E depois a gente pensa, como vocês são de Santa Catarina, é isso?

SRA. GABRIELA: Isso. [...] Agora eu estava em casa e não é possível ter esse acesso aberto.

SR. JUNIOR: A gente tem conversado com uma pessoa da responsável pelo projeto e ele já estava ciente, mas eu acho que acredito tenha tido uma falha de comunicação aí. Então nós vamos suspender essa reunião de hoje. Nós vamos adiar pra uma próxima data e aí a gente marca uma reunião online quando vocês puderem estar presentes, para que a gente consiga ter todas as informações necessárias para que os conselheiros possam avaliar o projeto.

SRA. GABRIELA: Eu acho que até seria interessante incluir o nosso e-mail para vocês quando forem passar essa informação. Aí a gente recebe nosso e-mail e consegue deixar agendado também para não ocorrer às vezes: Ele recebeu ou não lembrou de passar ou acontecer alguma coisa.

SR. JUNIOR: Eu tenho conversado com o Cláudio Barbosa. Eu não sei quem...

SRA. GABRIELA: Eu tenho o contato do Cláudio sim, eles me passaram agora há pouco.

SR. JUNIOR: Então, se você puder passar pra ele. Ou se você quiser, depois a gente adiciona. A gente cria para você, eu adiciono você pra gente conversar. E aí você nos informa o e-mail que fica melhor pra conversa contigo.

SRA. GABRIELA: Eu acho que sim. Eu vou falar com ele, pedir pra ele deixar o meu contato direto, tá?

SR. JUNIOR: Só um segundo, Gabriela, que tem um conselheiro que quer fazer um encaminhamento aqui. Aí a gente já conversa.

SR. RENAN: Boa noite, Renan, da APASC. A gente deu uma olhada nos documentos, viu que foi enviado no processo e tal e a gente tem alguma lista de dúvidas que a gente viu que não vai ser viável discutir agora. Mas a gente queria ter um momento até pra Gabriela ou outra pessoa se preparar pra ter uma conversa um pouco melhor, com uma qualidade maior naquele formato que a câmara técnica que a gente bem vem solicitando em alguns momentos. Não sei se vai ser problema para eles, mas a gente ter um espaço, uma reunião só pra debater isso na câmara técnica e talvez, se for frutífero, ter um respaldo maior para uma decisão em plenária, que acho que pode ser online para facilitar para eles também.

SR. JUNIOR: Só pra eu entender, vocês querem fazer uma reunião da câmara técnica nossa ou com eles? Nós com eles. Então, Gabriela, os conselheiros estão sugerindo que seja feita uma reunião de uma câmara técnica com vocês do projeto, para eles esclarecerem as dúvidas. E aí depois a gente traz para o conselho, de uma forma geral, o parecer técnico que foi formulado nessa reunião de câmara técnica. E isso a gente consegue fazer as duas formas remotas por conta da distância entre nós e vocês. Tudo bem?

SRA. GABRIELA: Sim, não sei só o que realmente aconteceu, alguma confusão nessa data em que a gente não estava sabendo. Se não, com certeza a gente traz a apresentação e traz todos os dados técnicos bem certinhos.

SR. JUNIOR: Só para você entender, o Conselho, ele tem cinco câmaras técnicas e aí a câmara técnica pertinente ao tema vai chamar, vai ser formada, vai convocar a presença de vocês e vão tirar as dúvidas que, eventualmente, eles tiveram com a leitura do processo. Aí, com essas dúvidas sanadas, é formado um parecer. E esse parecer é trazido para o plenário para que todos os conselheiros tenham acesso e que depois possam deliberar.

SRA. GABRIELA: Claro, de acordo.

SR. JUNIOR: Então agradeço a sua participação, sua presença e, nos próximos dias, a gente entra em contato pra que a gente organiza essa câmara técnica e depois também a apresentação aqui no Conselho interno.

SRA. GABRIELA: Novamente peço desculpas por não ter essa apresentação em mãos, porque foi uma baita surpresa. Mas a gente fica a disposição e fica no aguardo da nova data. A gente já vai deixar tudo organizado.

SR. JUNIOR: Eu vou pedir um favor, encaminha, como eu não tenho o seu contato agora direto aqui, encaminha para o Cláudio o seu contato e também o e-mail e pede para ele me passar que aí eu adiciono você e a gente vai conversando para organizar as próximas datas.

SRA. GABRIELA: Como que é seu nome, desculpa?

SR. JUNIOR: Junior Zanquin.

SRA. GABRIELA: Vou pedir para eles isso.

SR. JUNIOR: Está ok. Muito obrigado. Boa noite.

SRA. VANESSA: Oi, Vanessa, do CRBio. Eu senti falta de alguns documentos no processo. Por exemplo, o parecer do COMDEMA de Brotas sobre o que eles pensam a respeito, a questão do laudo, o estudo de

vegetação, estudo de fauna também. E eu acho que falta... Sem esses documentos a gente não consegue entender a situação, o tamanho do impacto ambiental, para a gente ter uma decisão. Então eu queria ver também se seria possível conversar com a empresa para ver se poderia complementar essas documentações. E também, na verdade, as que a CETESB até pediu alguns documentos e também a questão da proposta de mitigação em relação aos impactos ambientais que podem ocorrer, os planos que eles têm de intenção para mediar essa situação e aí para a gente, para levar já na discussão da Câmara técnica para a gente antes, enviar antes pra gente, para a gente ler e aí discutir isso na câmara técnica. Seria possível pedir para eles essa complementação. E aí eu também não sei, acho que seria importante, não sei se aí, nesse caso, a gente marcaria um pouco depois, passar de novo na Secretaria do Meio Ambiente para que tenha uma análise técnica da parte de vegetação, do técnico de vegetação, porque o que teve lá era engenheiro ambiental. Então faltou essa análise de vegetação e, se possível, passar por uma análise de fauna também de alguém. E aí já enviaria o parecer do técnico da Secretaria do Meio Ambiente, com o posicionamento dele em relação a parte de vegetação e fauna para gente e os outros documentos para a gente discutir na câmara técnica. Seria essa proposta.

SR. JUNIOR: Ok. Walter.

SR. WALTER: É o seguinte eu, além de engenheiro ambiental, sou engenheiro eletricista, então eu não cheguei nos documentos a pedir para que me mandem para mim, porque é o seguinte, hoje nós temos o seguinte, hoje não se faz mais usina hidroelétrica. Estou entendendo que ela vai gerar energia, não é isso? Se ela vai gerar energia hoje nós temos a energia solar e eólica. E aí é o seguinte, tem que ver. Para você fazer uma usina, você precisa fazer um reservatório. Tendo o reservatório, existe a barragem... Não, existem sistemas da Amazônia que gera energia com a circulação da água, não tem barragem. Só que é o seguinte, gera quando tem o volume necessário. Quando tem seca não gera nada. Eu não lembro agora o nome que tem lá na Amazônia. Não sei o nome dela. Então tem que ver tudo isso aí e tal. Por que que vai? O terreno que está lá, de quem que é? É deles? Eles compraram? Porque se for uma barragem não dá, vários terrenos particulares e públicos. Então eu quero participar da câmara técnica. E também eu pedi para me mandar documentação para eu olhar. Porque eu não vou ver essa parte ambiental. Eu vou ver a parte técnica. Como que vai ser a questão. Principalmente se vai ter barragem. Se tiver barragem, a destruição ambiental é grande.

SR. AGNALDO: Boa noite, Agnaldo. Secretaria de Gestão de Cidade e Infraestrutura. Pelo que eu vi lá tem uma pequena barragem, vai ter uma pequena área alagada, não é muito grande, pelo menos pelo que dá pra ver no projeto. Mas eu acho que tem uma coisa interessante, a gente precisa pensar em tudo isso. A gente falou tanto ontem na reunião do Plano Diretor de água superficial. E isso é uma grande oportunidade da gente poder pegar a água superficial e trazer para São Carlos. Quer dizer, a gente já traz ali do Feijão essa barragem, vai estar, a distância não é muito maior do que a captação nossa do Feijão. Então seria uma oportunidade de criar uma captação de água que lá é possível, a gente só teria que ter, o SAAE teria que pedir uma outorga e a gente pensar nisso, porque eu acho que é muito importante para a gente, a gente já tem uma estação de tratamento de água que fica ali na CEAT, a gente só teria que ampliar ela e trazer água e depois distribuir. Então, acho que seria uma coisa viável, não é de custo alto e a gente aproveitaria se essa barragem realmente surgir. Eu acho que seria muito importante para a gente. Então é isso que eu queria pôr. Acho que até um posicionamento que o SAAE depois poderia estudar pra gente também.

SR. JUNIOR: Só esclarecendo, Vanessa, antes de... A gente vai pedir então o parecer do COMDEMA, que o Everton, que foi o engenheiro ambiental que analisou, ele fez uma reunião com o pessoal. Com certeza ele teve acesso ao parecer porque ele questionou também, mas não está... Se não está no processo, a gente vai pedir para juntar. E também o estudo de fauna e a questão da vegetação também.

SRA. VANESSA: Vanessa, do CRBio. E outra coisa que eu me lembrei, eu senti falta também de uma justificativa do porque construí essa barragem, se tem uma demanda dos dois municípios ou de outro município por essa energia. Porque assim, tem necessidade de se construir uma nova barragem? Ou será que a gente conseguiria ter essa energia de outra forma? É realmente necessário? O que justificaria a construção da barragem? Que ela está colocando que a questão da construção de uma barragem, de uma hidrelétrica, se é considerada pelo que é considerado uma utilidade pública pelo Código Florestal, então isso justificaria a questão dos impactos. Mas o que eu questiono é: a construção da barragem é

realmente necessária? E o que justificaria? Porque não tem uma justificativa no processo. Então, se tiver algum documento que tiver essa justificativa, tipo: Olha, estamos com uma demanda importante no município tal, de tantos por cento de energia que está faltando por conta disso, disso, disso e por isso essa hidrelétrica vai ser construída. Porque para a gente entender se realmente é necessário ou se tem outras alternativas técnicas para que não seja construída essa elétrica, porque isso vai causar bastante impacto ambiental, vai ser desmatado, vai ser suprimido 2,46 hectares de vegetação nativa do estágio médio de regeneração. Vai ter uma área alagada importante, que vai ter impacto na fauna, vai ter impacto na biodiversidade do local. Então é uma coisa para a gente pensar se realmente vai ser necessário essa construção. Não tem outra saída, outras propostas? Enfim. Se tiver um documento sobre isso, alguma informação, se vocês puderem também anexar para a gente entender. Obrigada.

SR. JUNIOR: Ok. Eu acho que essa parte de justificativa, de detalhamento, a câmara técnica vai ser essencial a presença dos representantes da empresa, quem fez os estudos. Mas a gente pede que, se houver algum documento físico para juntar no processo, senão no momento da câmara técnica, com certeza.

SR. PAULO: Eu sugiro que quando a gente for fazer a reunião da câmara técnica, que a gente tem que convidar representantes da CPFL, que fornece energia pra gente, e também verificar junto ao Departamento de Engenharia Elétrica da USP se tem especialistas nessa área de hidrelétrica só para nos ajudar nessa avaliação. É um projeto grande, importante. Pode ser relevante até para o fornecimento de energia elétrica. São Carlos, felizmente ou infelizmente, vai crescer. Pela posição geográfica nossa, condições de desenvolvimento. Então eu não tenho posicionamento nem favorável e nem contra. Mas eu acho que a gente precisa realmente avaliar todos os pontos, sob todos os pontos de vista.

SR. JUNIOR: Com certeza.

SR. WALTER: Ele falou da CPFL. Se ela vai gerar energia aí, ela não vai especificamente vender para a CPFL. Ela joga na rede e essa energia é comprada no mercado. Então a CPFL pode ajudar. Mas, na verdade, ela não vai vender exclusivamente para a CPFL. Ela vai vender para o mercado, é leilão.

SR. JUNIOR: A câmara técnica, ela tem liberdade pra convidar e convocar as pessoas técnicas que entenda necessário. A gente aprovou isso no último regimento. Então, assim, a câmara técnica tem essa liberdade e essa iniciativa. Então acredito que, nós vamos falar agora das câmaras técnicas. É um pedido que a gente faz enquanto coordenação. A coordenação não tem condições de cuidar de todo o processo. Então eu peço pra que cada câmara técnica tenha um líder, tenha um gestor ou tenha alguém ali que tome a frente e que faça essa busca por maiores informações e depois cada reunião de câmara técnica seja feita um documento, um parecer técnico, para que depois seja lido, trazido para os demais conselheiros para gente agilizar o processo. Então nós vamos, com as recomendações, eu vou pedir pra a empresa já fornecer estes documentos. E aí a gente marca um encontro na câmara técnica. Hoje a gente marca uma reunião com eles para que vocês consigam tirar todas as dúvidas, esclarecer todos os porquês, os motivos, para que não fique nenhuma dúvida na hora de votar ou na hora de dar o parecer. Tudo bem? Ok? Vamos falar então das câmaras técnicas. Nós temos, são cinco câmaras técnicas. Acho que é a Câmara Técnica de Legislação. Aí se judia, hein, cara? Eu estou velho já. São quatro câmaras técnicas? A gente tem a Câmara Técnica de Legislação. Tem a Câmara Técnica de Mudanças Climáticas. Pode só passar para a gente ver os nomes das câmaras técnicas, Mudanças Climáticas e Educação Ambiental. A Câmara Técnica de Vegetação, Fauna e Solo e a Câmara Técnica de Água e Saneamento. O primeiro questionamento que eu faço. Olhando assim, vocês acham que as câmaras técnicas estão adequadas? Tem alguma outra possibilidade? Outra sugestão, outro arranjo?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Não, então. Aí agora são quatro câmaras técnicas. Nós enviamos o formulário para que cada conselheiro pensasse aonde gostaria de participar. Então, a Câmara Técnica de Legislação hoje tem o Agnaldo Spaziani, Ana Paula Castral, o André Fiorentino, o Anderson Victor, o Renan Bondang, a Fátima Buongiorno e a Rita Ferreira. Alguém mais, algum conselheiro gostaria de compor essa Câmara Técnica de Legislação?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Nada impede que a câmara técnica tenha novos membros. Mas o ideal é que a gente tivesse uma formação. Mas nada impede depois que um conselheiro que queira participar de uma Câmara

Técnica da Legislação que não esteja, peça para a câmara e participe. Eu acho que é uma forma só de a gente organizar uma estrutura. Então rapidinho vamos passar por todas as câmaras técnicas e depois a gente abre as conversas. Então, a Câmara Técnica de Legislação é essa. A Câmara Técnica de Mudanças Climáticas e Educação Ambiental conta com: Paulo Mancini, Gláucia Marconato, Carlos Baccarini e Josiane Brambilla. Por enquanto, a Câmara Técnica de Vegetação, Fauna e Solo: Paulo Mancini, Gláucia Marconato, Ana Paula Castro, Josiane Brambilla e Vanessa Leôncio. A Câmara Técnica de Água e Saneamento: Agnaldo Spaziani, Gláucia Marconato, André Fiorentino, Anderson Vitor, Walter Monson, Rosana Siguerini, Júlia Guermantes. Só reforçando, a gente pode ter um conselheiro participando de várias câmaras técnicas.

SRA. VANESSA: Eu queria comentar...

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Vegetação e Fauna. Você não está ali. Você já consegue preencher todos? Então a Fátima Buongiorno quer também estar na Vegetação e Fauna.

SRA. VANESSA: E eu também quero entrar na de Legislação, por favor.

SR. JUNIOR: A Vanessa na Câmara de Legislação.

SR. WALTER: Esse caso da Usina vai entrar onde, por exemplo?

SR. JUNIOR: Vai entrar ali... Acho que a questão de Legislação. Acho que na questão de Água e Saneamento. Mas aí pode... Mas nada impede que seja feita conjunto. Legislação e Água e Saneamento. Na verdade, gente, esse assunto ele vai repercutir sobre todos. Então, nada impede que essa câmara técnica seja uma câmara técnica expandida. Ou uma reunião do COMDEMA, do Conselho, mas não pra deliberação, mas pro parecer técnico.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Então, esse é o problema. Esse é o problema. Vanessa. Primeiro, Paulo, deixa Vanessa que ela já tinha pedido a palavra. Alexsander na Água e Saneamento. É Alessandro. Vamos compor primeiro as câmaras, depois a gente... Então vamos lá. O Casado quer participar da Água e Saneamento. Mais alguém quer participar? O Eduardo também. Então, Eduardo Casado também lá nas Mudanças Climáticas. E aí também isso aqui não é definitivo para sempre. Então, depois é possível ser feito um ajuste. A única coisa que eu peço é que a gente tenha alguém que fique como responsável para a gente ter efetividade. Adrielle na Câmara de Educação Ambiental. Você pega depois? O Pedro Cabaleiro nas Mudanças Climáticas e Educação Ambiental. Mais alguém, gente? Mais alguém gostaria de compor ou mudar? Ou, de alguma forma... A ideia das câmaras técnicas é que a gente aperfeiçoe o debate. Então podemos ter uma câmara técnica de todos os conselheiros, se for o caso.

SR. WALTER: Importante é não só inscrever e participar?

SR. JUNIOR: Sim. Efetividade.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Uma coisa vou pedir pra vocês. Procurem tomar a frente de... Nós gostaríamos de reunir uma câmara técnica. Tá, mas qual data? Procurem conversar antes já forneçam pra gente à data, porque senão a gente marca a data amanhã. Amanhã um pode, outro não pode. A gente vai sempre postergando. Então se organize internamente para que a gente consiga avançar nesse cronograma. Eu vou passar a palavra primeiro para a Vanessa, Paulo e depois você fala. Vamos lá.

SRA. VANESSA: Eu fiquei na dúvida assim, quando tiver um assunto que for interdisciplinar, se a gente pode ter a junção de mais de uma câmara para poder contemplar o assunto, por exemplo, essa da hidrelétrica, eu acho que é interdisciplinar. Acho que eu preciso conversar com várias. E outro ponto é se seria possível para que a gente consiga fazer a reunião antes do COMDEMA, a gente vai precisar ter acesso aos documentos antes também, para o pessoal ler. Aí vai para a reunião da câmara técnica embasado. Então, se é possível enviarem as documentações antes para a gente conseguir ler antes da reunião da câmara técnica.

SR. JUNIOR: Sim. Como eu vejo, eu vou falar agora, pragmaticamente assim, no dia a dia. Normalmente a gente consegue enviar sete dias antes, ou um pouco mais os processos. Então, como hoje chegamos para a votação, nós não temos segurança, não temos certeza ainda dos impactos. Vamos pedir uma câmara técnica. Eu acho que o caminho que vai normalmente ser transcorrido vai ser esse.

SRA. VANESSA: Primeiro passa na reunião. Aí depois vai para a câmara técnica, eu tinha entendido que era o contrário.

SR. JUNIOR: Se eventualmente tiver alguma forma de chamar uma câmara técnica antes, mas normalmente o processo, ele vai chegar ao conhecimento de todo mundo com a pauta. E aí, dentro desses sete dias, é possível solicitar à câmara técnica ou na reunião, havendo aí uma votação maior, um consenso, a gente passa pra câmara técnica sem problema algum.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Mas é que isso que... Normalmente, Pedro. João Pedrazzani, eu chamei de José. Chamei de José e Pedro. Falta só João. Mas não liga, não. João, normalmente o processo vai ficar pronto, a gente vai ter a certeza de que ele vai pra reunião do COMDEMA quase na véspera, porque a gente deixa chegar até o ponto final quase da avaliação para depois encaminhar. Então, eu acredito que o processo vai vir para cá naquele prazo de sete dias. Se for identificada a necessidade de uma câmara técnica, a gente traz essa solicitação para o Conselho, o Conselho avalia, ok? A gente abre o prazo para a Câmara técnica. O que a gente também precisa só se ater é que a gente vai ter que ter um prazo para essa câmara técnica se reunir e dar um parecer para que a gente não alongue demais esse processo.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: O local pode ser uma reunião virtual, pode ser aqui, pode ser na secretaria. Isso a gente ajusta.

(PRONUNCIAMENTO FORA DO MICROFONE)

SR. JUNIOR: Depende a quantidade de pessoas, não. Então a gente, a gente tem no prédio, a Secretaria hoje ela está sendo ocupada também uma parte pela Secretaria de Regularização Fundiária. Então, na Secretaria do Meio Ambiente, a gente não tem uma sala de reuniões disponível, mas a gente sempre usa da Conservação, da Gestão das Cidades. Então, a gente consegue alocar um local, um espaço para isso.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Eu não lembro, qual sala foi?

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Aquela é do Serviço Público e Conservação e Qualidade Urbana, que a gente usa em conjunto. Ali a gente fala que uma sala é de um, é do outro só por questões de organização.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Mas a gente, a gente reserva. Então vai ter reunião da câmara técnica, a gente pede, o Anderson, a Ju, ou eu, a gente pede a reserva da sala e fica reservado, como a gente tem feito agora nas reuniões do Plano Diretor. O Renan tem sempre acompanhado. Paulo.

SR. PAULO: Bom, finalmente é uma sugestão de encaminhamentos. Assim de tentar já você fazer encaminhamento de já tirar uma coordenação de câmara técnica. Porque senão, bom, vocês se organizam, mas quem? Então, se alguma pessoa que já fala: Não, eu posso estar tomando a frente, pelo menos pra chamar reunião e tal. Eu gostaria que se encaminhasse nesse sentido.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PAULO: Uma coordenadora. Mas já saiu daqui já, porque já saí. Só destacar também, a câmara técnica, como o próprio conselho, não tem só uma função de avaliação de projetos. Ela tem função, como COMDEMA, de fazer propostas.

SR. JUNIOR: Sim, perfeito, Paulo. Então a gente fala avaliação, mas essa avaliação ela envolve tudo, sugestões, críticas, elogios, enfim, há toda a liberdade.

SR. PAULO: Vocês conseguem fazer isso?

SR. JUNIOR: Vamos lá.

SR. PAULO: Quero fazer uma outra observação.

SR. JUNIOR: Da Câmara Técnica de Legislação, alguém se candidata a ser o responsável? Não vou falar de coordenador. É, o ponto focal é mais atual. O ponto focal, a pessoa que vai ficar, de certa forma, é responsável por organizar essa câmara técnica. Tem o Agnaldo, a Ana Paula Castral, o André Fiorentino, o Anderson, o Renan, a Fátima, a Rita e a Vanessa.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: A gente pode... Vanessa. Assim, depois a gente dentro da câmara técnica mesmo. Vocês hoje, vamos imaginar que a Vanessa fique como ponto focal. Se depois na reunião vocês escolherem

outro, não tem problema. A gente só precisa definir uma pessoa para ficar com essa “atribuição”, esse presente. O Agnaldo tá aqui. A Ana já foi embora. O Anderson tá aqui, o Renan tá aqui, a Fátima tá aqui, a Rita tá aqui, a Vanessa está aqui.

(Falas sobrepostas)

SR. JUNIOR: É o administrador. É essa a ideia. A ideia é conversar com as pessoas, formar um grupinho, falar: Tal dia, todo mundo pode. O tema vai ser tal, o relatório quem vai fazer? Precisamos organizar, entregar tal data, pode ser? Então na Câmara Técnica de Legislação, o Renan é o administrador ou ponto focal.

(Falas sobrepostas)

SR. JUNIOR: Ponto focal foi boa. Essa foi boa. Foi boa. Na Câmara Técnica de Mudanças Climáticas e Educação Ambiental. Paulo Mancini, Glaucia, Carlos, Eduardo, Josiane, Eduardo, Adriele e Pedro Cabaleiro. Quem se candidata a ser ponto focal? Administrador, líder, chefe, comandante?

(Falas sobrepostas)

SR. JUNIOR: O Eduardo. O Paulo Mancini?

(Falas sobrepostas)

SR. JUNIOR: Ninguém se candidata agora? A Glaucia? A Glaucia ganhou a votação. A Glaucia então é a administradora da Mudanças Climáticas e Educação Ambiental. Então na Câmara Técnica, Vegetação, Fauna e Solo, a Fátima ficou como ponto focal. E a última Câmara Técnica de Água e Saneamento, Eduardo Casado é o ponto focal. Aí fechamos então as quatro câmaras técnicas já com um responsável.

SR. PAULO: Junior. Então aí eu queria fazer minha outra reflexão, que eu vejo assim. A gente sabe que todos os processos são públicos, mas a gente sabe que é impossível você dar publicidade para todos os processos. Do ponto de vista ideal, ilegal, o certo é nós, conselheiros, ter conhecimento de todos os processos que vão para análise da Secretaria de Meio Ambiente, que possa: Olha, esse assunto aqui é um assunto que acho que é importante, gostaria de ver. Esse é o ideal. Não sei o que é possível, mas o ideal era isso, que a gente tivesse acesso, porque hoje é tudo informatizado.

SR. JUNIOR: Não, Paulo. Infelizmente tem muita coisa hoje mesmo...

SR. PAULO: Isso que eu gostaria de estar avaliando porque eu acho assim, de esperar vim pra cá para depois ir para a câmara técnica pode representar um atraso, que tudo que a gente quer é agilidade. O quanto antes a gente puder falar: Olha, isso interessa. E não só pode ser mais célere como mais rico, pode enriquecer mais.

SR. JUNIOR: Claro, claro. É assim, de 2023 para cá, grande parte dos processos são eletrônicos. Esse é fácil porque a gente baixa o Flip e manda o flip na íntegra. Apesar que a gente precisa tomar um pouco de cuidado nós, conselheiros, porque tem informações pessoais das partes do processo. Então, assim, enquanto conselho, está tudo bem. Nós, conselheiros, temos acesso, temos que ter acesso às informações que estão no processo. Por isso que a hora que você falou que ele é público, ele é público. Mas essa publicidade não é para todos. Ela é para quem vai atuar no processo, para as partes e para o conselho que vai ter que analisar. Então vamos tomar cuidado só para que essa informação, ela não saia do nosso conselho. Na medida do possível, a gente envia o processo na íntegra, mas tendo dúvida, o processo vai estar disponível lá na secretaria também, porque muito processo e físico. Agora à tarde mesmo, tem um processo de 11 volumes lá pra Mobilidade Urbana. E se tivesse que vir aquele processo pra cá, teria que trazer os 11 volumes. Então vai acontecer casos assim, vão acontecer casos assim.

SR. PAULO: Mas, por exemplo, é possível a gente ter acesso só a capa do processo? Tem um número de processo? Isso daí, eu acho que é suficiente.

SR. JUNIOR: Isso eu estou devendo pra vocês porque o final do ano passado a gente combinou que a cada 15, uma vez por mês, nós iríamos passar a relação dos processos que estão sendo analisados. Eu vou... Amanhã eu vou cobrar. Não, vou pedir pra Cláudia pra ela fazer essa relação e eu envio pra vocês o número do processo e o assunto.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: Isso. Isso.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. WALTER: E a gente falou do CAMP. Existe? O CAMP está funcionando?

SR. JUNIOR: Sim.

SR. WALTER: Porque o CAMP no passado fez algumas coisas erradas. E o seguinte, falava que não precisa mandar para o COMDEMA. Inclusive tem um caso da Gregório Aversa. Lá no Gregório, aquele conjunto de prédios, o CAMP falou assim: Não precisa passar pelo COMDEMA. Aí houve uma denúncia e nós fomos atrás e até hoje acho que tem um processo aberto lá porque [...], não sei se está fechado.

SR. JUNIOR: Não, já foi feito o TCRA dele.

SR. WALTER: Porque tinha um problema que eles fizeram estacionamento e não plantaram árvores. Então, o CAMP está funcionando? Mas não é o CAMP que tem que ter tomada de decisão se é para passar ou não para o COMDEMA, é a Secretaria do Meio Ambiente.

SR. JUNIOR: Nós tivemos um processo só a semana passada, na semana retrasada, que passou pelo CAMP, foi solicitado que ele fosse para a Secretaria de Meio Ambiente, para a Secretaria do Meio Ambiente fazer a análise das condições ambientais e também da questão do COMDEMA. Então, quem define COMDEMA ou não COMDEMA são dentro do âmbito do CAMP.. Na verdade, não é o próprio CAMP, quem vai decidir isso é a Secretaria do Meio Ambiente, se vai vir para o COMDEMA ou não. Lá o que pode ter é que se analisa se é caso de CAMP, de COMDEMA ou não. Mas quem define isso é a Secretaria. Pode ficar tranquilo que está sendo trabalhado dessa maneira. Mais alguém, gente? Vanessa.

SRA. VANESSA: Vanessa, do CRBio. Uma coisa que eu fiquei pensando é assim, que uma proposta seria se a gente poderia fazer meio que um protocolo assim, de informações que são importantes ter no processo, informações mínimas antes de vir para o COMDEMA. Porque a gente vê, por exemplo, hoje aconteceu, na reunião passada também, de estar faltando alguns documentos e até o próprio técnico colocou no parecer dele que não tinha sido possível concluir toda a análise ambiental porque faltavam algumas documentações. Então eu queria sugerir que talvez uma ideia, que as câmaras também pensassem assim, por exemplo, uma relação de documentos mínimos, de informações mínimas para cada tipo de processo. Por exemplo, quando é processo de hidrelétrica, quando é processo de vários assuntos, pelo menos essas informações e já ter passado pela análise completa dos técnicos da secretaria antes de vir no COMDEMA, porque aí a gente tem mais elementos para analisar, porque às vezes, vem pra cá e aí a gente: Ai, falta tal e tal documento. Daí a gente não consegue tomar muita decisão. Então é uma sugestão. Aí eu pensei até no espaço da câmara técnica, da gente pensar juntos em algumas propostas. Por exemplo, lá para tal tipo de processo seria importante ter o laudo de vegetação, a matrícula do imóvel, medidas mitigadoras de impacto. E aí eu organizar para cada, meio que um protocolozinho, sabe? Para ficar mais fácil assim. Aí, quando mandar. Então, mesmo que o técnico sugira aí em que momento, depois que reunir esses documentos e que já passou por um técnico, por exemplo, aí encaminha para o COMDEMA. É só uma sugestão para a gente conseguir, talvez, aproveitar um pouco melhor esse espaço da reunião, que fique mais otimizado, é uma ideia.

SR. JUNIOR: O que a gente tem feito lá, sempre que o técnico finaliza a análise, e aí ele sugere vir para o COMDEMA ou não. Que pode acontecer é que, por exemplo, essa hidrelétrica, é um estudo do potencial de ser instalada uma hidrelétrica. Então tem alguns estudos que nem a própria empresa ainda possui. Então, eu não sei se foi esse o caso, eu não acompanhei. E também, por exemplo, tem alguns empreendimentos que eles precisam passar pela manifestação do COMDEMA para ir para o GRAPROHAB, para ir para o órgão estadual e os estudos aprofundados e alguns estudos, principalmente o de arborização, eles só vão ser apresentados depois da confirmação do urbanístico do GRAPROHAB. E aí sempre nós vamos ter aí uma alguma coisa nesse sentido.

SRA. VANESSA: Mas eu pensei, não precisa ser coisas muito aprofundadas nesse momento inicial, pensei de informações mínimas que a gente fica. Então, por exemplo, que nem na outra reunião, eu lembro que teve um processo, por exemplo, lá, que era aquele perto do Abdenur, que eles não tinham ainda, por exemplo, o projeto arquitetônico. Então, por exemplo, o projeto ainda é uma coisa mais elaborada. Então pelo menos um croqui, você tiver um croqui, com uma ideia mais ou menos...

SR. JUNIOR: Aquela era só uma reserva de área.

SRA. VANESSA: Eu só estou dando um exemplo assim, que eu me lembrei. Mas assim, tipo pelo menos croqui ou por exemplo o que que se pensa em fazer ali, o porte, algumas informações mínimas que a gente organizasse essas informações mínimas pensando nisso, no que que é aplicável no momento inicial, mas que seja umas informações mínimas, sabe? As mais elaboradas ficam para o processo secundário.

SR. JUNIOR: A câmara técnica vai ter toda a liberdade de solicitar os documentos, enfim. Mas só esclarecendo que a gente procura trazer para o COMDEMA sempre quando já tem a análise final do técnico, para que a gente não tenha nenhuma discussão quanto... Quem analisa o processo de ponta a ponta é o técnico. E aí a hora que ele fala assim: Ok, meu parecer é esse, submeto ao COMDEMA. Aí a gente acredita que tudo já esteja sanado, já tenha sido tudo avaliado. Nada impede que a câmara técnica peça outro documento. Isso é a liberdade de vocês.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. JUNIOR: É, normalmente o processo é aberto pela Secretaria de Gestão das Cidades.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. AGNALDO: Agnaldo, da Secretaria de Gestão de Cidades. O parcelamento de solo, eles pedem, primeiro de tudo, diretrizes. Eles pedem no Departamento de Planejamento Territorial e no SAAE. Em cima dessas diretrizes, eles começam a fazer esse tipo de parcelamento. A primeira análise quem faz é a Secretaria de Gestão de Cidades. A gente vê todo urbanístico, vê se pode, se não pode, depende do tipo de coisa. Dali para frente, depois que atendeu tudo que está previsto no Plano Diretor, aí começa a andar. E aí sim, aí distribui, aí vai para o SAAE, aí vai para o Trânsito, vai para o Meio Ambiente. Mas o primeiro a gente primeiro, quem vê se está aderente ao Plano Diretor, primeiro de tudo, é a Secretaria de Gestão. Aí, depois que entra, a gente analisa se tem necessidade do EIV, conforme a lei. Eles têm que fazer a declaração e aí a gente pede o EIV. Aí, quando vai para análise de trânsito, já vai com RIT, quando precisa. Aí quando vai para o Meio Ambiente, vai com tudo. Aí quando vai para a gente também. E aí, depois que passa na audiência pública de EIV, no COMDUSC, passa no COMDEMA, aí vai para o CAMP. Aí o CAMP vai analisar se passou por todo mundo a contrapartida necessária. O CAMP hoje é formado por 11 membros. Além da Secretaria de Gestão de Cidades e Estrutura tem o coordenador do COMDUSC, o diretor do DPT, o secretário de Trânsito, o secretário de Meio Ambiente. O secretário de Mobilidade. O Secretário de Serviços Públicos. Secretário de Gestão, o de Saúde, Educação. Assistência Social e ainda participa o SAAE e, quando necessário, também é membro e participa o membro da Pró-Memória. PGM? Não. Não.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. AGNALDO: Sim, se tiver. A gente tem um procurador dentro da Secretaria de Gestão, que ele dá o primeiro parecer. E aí, depois de tudo isso, vai para a PGM, aí a PGM vai fazer a análise de tudo e depois aí, quando for sair o decreto, passa tudo de novo, pela PGM...

(pronunciamento fora do microfone)

SR. AGNALDO: A gente sabe disso.

(pronunciamento fora do microfone)

SR. AGNALDO: A gente já leva meio mastigado pra a PGM já não ter tanto trabalho. Então, esse é o trâmite de um parcelamento normal.

SR. JUNIOR: Ok, pessoal? tudo bem então? Então definimos as câmaras técnicas, os responsáveis. Eu vou entrar em contato com a empresa, assim que eu tiver a documentação, A gente já marca, já ENTRA em contato com a câmara técnica e já marca a avaliação. E aí a gente estipula um prazo e depois a gente faz a reunião novamente desse assunto, ok? Obrigado a todos. Boa noite. Até o mês que vem no COMDEMA.